

Gasoduto: quanto custa ao povos indígenas?

Data: 25/02/2002

Autor: Antenor de Assis Karitiana

O Gasoduto Urucú a Porto Velho é uma clara ameaça a integridade física e cultural aos Povos Indígenas habitantes em terras ao longo do trajeto de 550 Km.

Os grandes projetos no Brasil e em especial na Amazônia, tais como: Construção da BR 364 – cortou ao meio o território tradicional Nambikwara; Empresas de Colonização/Madeiras no Noroeste do MT – Empresa Junqueira – dizimou uma aldeia inteira dos Cinta Larga com arsênico, bombas e tiros; Construção da Hidrelétrica de Balbina no AM – cortou ao meio o território dos Waimiri Atroari; Construção da BR 319 em RO, cortou ao meio território tradicional dos Uru Eu Wau Wau, entre tantos outros...

O que restou aos povos indígenas vítimas desses grandes projetos? Aos Nambikwara a dizimação, a perda de terras tradicionais, de cemitérios e roçados; aos Cinta Larga a memória dos dizimados e a espera pela justiça; ao Waimiri a promessa de melhorias produzidas pela hidrelétrica que não chegou até hoje... aos Uru Eu Wau Wau a penetração das cobras menores (estradas vicinais), oriundas da cobra grande (BR 364)...

Em pleno século vinte e um (XXI) a ameaça continua... sob o interesse do capital internacional, camuflado em ações de investidores da Petrobrás, vítima do processo de privatização promovido pelo governo FHC, da Globalização... sob a égide da produção de energia para atender ao país, tudo pensam que podem... inclusive burlar as leis ambientais, consideradas as melhores do planeta, mas na aplicabilidade os interesses monetários falam mais alto... e os beneficiários diretos são as empresas de produção de eletricidade, cuja incompetência do governo brasileiro está comprovada no processo de blecautes que assolaram o país no último ano...

É diante desse quadro de irresponsabilidade governamental que surge a proposta de implantação do gasoduto Urucú a Porto Velho, sem nenhum compromisso com as populações tradicionais que habitam a região amazônica, para atender ao produtor independente, que tem como padrinho, interessados nas verbas de campanha eleitoral, senador e deputados pleiteando a todo custo essa obra...

Contudo, para viabilizar essa jogatina, é necessário que a Petrobrás, "encomende" a feitura de um Estudo de Impacto Ambiental - EIA, condizente com o que propõe, alternativas e seus custos sociais e econômicos. E assim procedeu junto ao IBAMA, culminando com a contratação de uma empresa para elaborar o EIA. Terminado essa feitura, colocam à disposição para análise da sociedade atingida e interessada na questão... e diante dessa importante peça (EIA), que podemos dizer como nos vemos, como nos sentimos, como percebemos nosso futuro...

É lamentável, mas o EIA desse empreendimento não consegue sequer precisar a quantidade de povos indígenas habitantes na chamada "área de influência". Esquecem de povos de pouquíssimo contato, frágeis a uma aproximação estranha, tais como os DENI (médio Cuniuá) e RIMARIMÃ (Rio Piranhas, Riozinho e Cuniuá).

Esses povos, somado aos Paumari, Catawixi, Juma e Apurinã, ainda hoje têm uma compreensão diferenciada em relação à terra e ao meio ambiente. O processo de sedentarização deixou aberta a perspectiva de uma vida semi-nômade. Depois de esgotada uma área habitada durante alguns anos, provocando escassez de peixes, de caça, de frutos silvestres e de matéria prima, as comunidades indígenas podem deslocar-se para outras áreas, ainda ricas em recursos para sua subsistência e seu modo cultural de produção indígena, como cestaria, tecelagem, cerâmica, confecção de armas, de artesanato e de outros artigos de sua cultura.

Prevalece a lógica de deixar descansar áreas já exploradas ao redor de suas aldeias e procurar outras ainda virgens, garantindo, assim, por essa classificação de recursos naturais, uma abundância satisfatória para sua vida que se resume numa economia do Bem-Viver, de festa, onde o excedente, os recursos, a abundância é celebrada por uma ideologia de produção que visa não acumular os recursos, mas sim distribuí-los em grandes festas, convidando, para isso, comunidades vizinhas. É um jeito de intercomunicação, de inter-relacionamento entre várias comunidades onde novas relações sociais são criadas, casamentos arranjados e caçadas e

pescarias organizadas. É uma troca de bens num sistema recíproco de economia da partilha.

As comunidades Paumari, no verão, se deslocam para áreas de praias fluviais, onde procuram recursos de quelônios para sua dieta diária. Este jeito semi-nômade é vulnerável em vista à implantação de grandes projetos, como a construção do gasoduto em área de influência. Os contatos são iminentes e reais, provocando mudanças de hábitos e costumes, afastando os homens de suas comunidades para servirem de mão-de-obra como pescadores, caçadores, coletores de matérias primas ao serviço da empresa. Por seu modo econômico individual e de lucro, o projeto interfere no seu sistema sócio-econômico de obrigações e responsabilidades para com seus parentes.

O mundo dos homens é a floresta, o das mulheres é a aldeia. A empresa do gasoduto confere aos homens um novo papel e função que é a relação com a empresa, e não com a aldeia. A desorganização da vida na aldeia é inevitável.

Ameaçadas também são as comunidades indígenas de pouco contato em área de influência, como o Rimarimã, Catawixi e Juma. Os primeiros fazem suas excursões entre o rio Piranhas, o rio Riozinho e o rio Cuniuá, numa área de recursos ainda abundantes de caça, peixe e quelônios, cobiçada, portanto, pelos ribeirinhos, e mais ainda por uma empresa deste volume, que necessita de recursos para o fornecimento de alimentos para um grande contingente de homens. Invasão, contatos indiscriminados, penetração de doenças, exploração dos recursos, e empobrecimento da área são alguns dos impactos que podemos citar.

Os Catawixi vivem na área de influência do rio Mucuim, no igarapé Jacareúba, no município de Canutama. Estes índios vivem encurralados pelo avanço da soja, vindo de Rondônia, (motivados pela Hidrovia do Madeira – leia-se Grupo Maggi). As cabeceiras do Jacareúba se encontram nas extremas da construção do gasoduto. Por isso, a empresa representa um perigo iminente de contatos indiscriminados com este povo, ainda mais, porque não existe nenhuma garantia de prevenção, proteção e defesa deste povo. Não há envolvimento dos órgãos ambientais nos planos de mitigação de impactos – fazer sobrevôo mensal não inibe a ação dos garimpeiros de madeira.

Os Juma, habitantes da área diretamente afetada, entre o rio Mucuim e o Joari, foram transferidos para a área dos índios Uru-eu-wau-wau, com o intuito de garantir-lhes a sobrevivência física através de casamentos com este povo do mesmo tronco lingüístico Kawahib. Por esta manobra da Funai de Porto Velho, a área Juma ficou livre para a implantação do projeto do gasoduto. O próprio PPTAL (Programa Piloto de Demarcação de Terras Indígenas na Amazônia Legal) retirou a proposta de demarcação desta área, prevista para 2001, do calendário, sem definir, daqui para frente, o seu destino como área indígena. Entidades de apoio aos povos indígenas, juntamente com os Juma, CUNPIR e Uru Eu Wau Wau, exigiram do PPTAL que, entrasse no ano de 2002 como prioridade de demarcação da Terra Indígena Juma.

Diante de tantas ameaças para os Povos Indígenas: Juma, Apurinã, Deni, Paumari, Catawixi, Rimarimã, Tenharim, Parintintin, Diahoy e Pirahã, principalmente após a construção do gasoduto, com a facilitação para entrada desordenada de colonos em busca de terra, de madeireiros com a oferta de energia para as cidades de Lábrea, Canutama e Humaitá, a CUNPIR vem a público repudiar a construção do Gasoduto Urucú a Porto Velho, dizendo que se não trará nenhum benefício para os Povos Indígenas, ao contrário, somente impactos sócio-ambientais, econômicos e culturais, não tem motivos para comemorar com as multinacionais e com as vendedoras de energia.

Conclamamos o Povo de Rondônia a abrir os olhos, pois as promessas de que terão aumento da oferta de energia, assim como preços menores é mentira, somente algumas empresas poderão gozar desse benefício, mas não o Povo... se não é para benefício do Povo, o nosso povo não precisa dela, mas sim de alternativas energéticas que valorize o potencial hídrico, os resíduos de madeira, café, arroz... energia solar entre outras.... Vamos defender a Vida rumo a uma Terra Sem Males...

Porto Velho RO, 25 de fevereiro de 2002.

Antenor de Assis Karitiana é coordenador da CUNPIR.

Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.